

# Lubrificação

## SIMEPETRO

Publicação do Sindicato Interestadual das Indústrias Misturadoras, Envasilhadoras de Produtos Derivados de Petróleo

Jornalista Responsável: Ana Azevedo (MTB 22 242) - Contatos: 11- 3207 0072 - [simepetro@terra.com.br](mailto:simepetro@terra.com.br)

Ed. 22 - Abril de 2012



## Responsabilidade pós-consumo

■ **Pelas contas** da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o mercado possui 117 produtores, sendo que 13 desses já estão autorizados pela Resolução nº 18. Como se vê, ainda existe muita incerteza no mercado, não sendo possível avaliar o que vai realmente acontecer.

Como presidente do Sindicato sempre tive uma visão otimista do novo perfil do mercado. Acredito que mais da metade dos produtores conseguirão atender às exigências da ANP. O que ocorre, na verdade, é que a Agência trabalha com um número superfaturado de agentes, devido a empresas que já se retiraram do mercado ou pararam de atuar e não informaram às autoridades.

O mais importante agora é que a ANP está cumprindo o que prometeu, sem pressionar aqueles que estão tentando se regularizar. Cabe a cada produtor correr contra o tempo e buscar as soluções, resolver pendências, para permanecer em atividade.

O objetivo inicial da ANP é “limpar” o mercado de empresas que servem apenas como fachada, ou foram criadas para substituir as operações daquelas que estão sendo autuadas.

Todo esse trabalho deverá se refletir na qualidade dos produtos ofertados. Nesse ponto o Sindicato também está trabalhando para mostrar às autoridades que alguns desses números precisam ser revistos, pois estão sendo baseados em pontos contestáveis (ver matéria). Muitos produtos são classificados como não-conformes por estarem diferentes do registro, no entanto, podem apresentar qualidade superior ao que foi registrado.

Fica apenas uma preocupação: será que a ANP vai dar o mesmo tratamento para as grandes e pequenas empresas na Resolução nº 18? Espero que ela exija das grandes Companhias o pleno cumprimento da Resolução, assim como vem exigindo das pequenas.

Carlos Ristum



# ANP DEFINE PRAZOS PARA REINCIDÊNCIAS EM INFRAÇÕES

■ A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estabeleceu prazos para que agentes econômicos do mercado de combustíveis sejam considerados reincidentes em infrações. De acordo com a Resolução 8/2012, publicada em 22 de fevereiro, para fins de aplicação das penalidades por reincidência (pena de suspensão temporária de funcionamento de estabelecimento e pena de revogação de autorização), condenações definitivas anteriores só serão levadas em conta pelo prazo de dois anos e, por cinco anos, para agravar a pena de multa por antecedentes.

O estabelecimento de prazo para consideração das condenações anteriores evita a insegurança no sistema nacional de abastecimento. Antes da Resolução 8/2012, independentemente do tempo, todas as infrações cometidas por cada agente regulado se acumulavam, podendo provocar revogações de autorização de diversas empresas.

Reincidência é a repetição de uma infração legal após condenação por qualquer infração prevista na Lei

nº 9.847/99 (Lei de Penalidades). Antecedentes são as condenações definitivas de um determinado agente no período de cinco anos. Os prazos foram fixados pela ANP depois de um estudo abrangente sobre o Código

Penal e as normas de outras agências reguladoras.

A resolução complementa a Lei de Penalidades, que estabelece que a pena de multa seja agravada, de acordo com os antecedentes do agente econômico alvo da punição. Além da multa, a lei prevê a suspensão temporária, total ou parcial, de funcionamento de estabelecimento ou instalação no caso de segunda reincidência.

A lei prevê ainda a revogação de autorização para os casos de reincidência nas infrações relativas à comercialização de produtos fora dos padrões de qualidade, com vício de quantidade ou problemas de segurança que tragam risco à população e ao meio ambiente

e para os casos em que o agente econômico já foi penalizado com a suspensão temporária.



# ANP DIVULGA NÚMEROS DO CONSUMO APARENTE DE ÓLEOS LUBRIFICANTES

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizou no dia 16 de fevereiro, no Rio de Janeiro, o Seminário de Avaliação do Mercado de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis, no qual divulgou o consumo aparente de combustíveis no mercado brasileiro em 2011.

Mais uma vez os números da comercialização de óleos lubrificantes não estão detalhados na apresentação da ANP. Segundo a apresentação foram comercializados em torno de 1,4 bilhão de litros de óleos lubrificantes em 2011. A região com maior participação nas vendas foi a Sudeste com 754.245 ou 54% do total.

No geral, a ANP afirma que existem 155 produtores de lubrificantes; 206 importadores de lubrificantes e 19 refinadores de lubrificantes. Para o presidente do Simepetro, Carlos Ristum, presente ao evento, a divulgação dos números mostra que a ANP está trabalhando para conhecer melhor esse mercado, cada dia mais importante para o país.

## Combustíveis

O consumo aparente de combustíveis no mercado brasileiro em 2011 foi de 121,482 bilhões de litros, o que representa um aumento de 3% em relação aos 117,936 bilhões de litros referentes a 2010. Houve aumento de 5,2% no consumo de óleo diesel na comparação entre 2010 e 2011, de 49,239 bilhões de litros para 51,782 bilhões de litros.

O consumo de gasolina C foi de 35,452 bilhões de litros, um aumento de 18,8% em relação aos 29,844 bilhões de litros relativos a 2010. O consumo de etanol hi-

dratado foi de 15,074 bilhões de litros em 2010 e caiu para 10,718 bilhões de litros em 2011, o que representa uma redução de 28,9%.

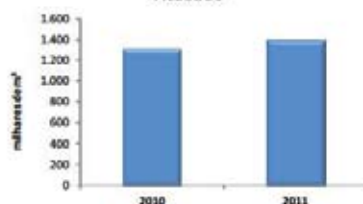
O etanol anidro (adicionado à gasolina A para preparação da gasolina C vendida nos postos) teve crescimento de 18,3%. No etanol total (anidro + hidratado) houve redução de 13,8% em 2011 frente a 2010, de 22,162 bilhões de litros para 19,101 bilhões de litros.

Segundo os dados divulgados pela ANP, o consumo de biodiesel cresceu 5,3% na comparação entre os dois períodos, de 2,425 bilhões de litros em 2010 para 2,554 bilhões de litros. O consumo de gás liquefeito de petróleo (GLP) aumentou 2,5%, de 12,558 bilhões de litros para 12,867 bilhões de litros. Houve queda de 25,1 % no óleo combustível, de 4,901 bilhões de litros para 3,671 bilhões de litros. O consumo de gás natural veicular (GNV) caiu 1,9%, de 5,494 milhões de metros cúbicos/dia para 5,390 milhões de metros cúbicos.

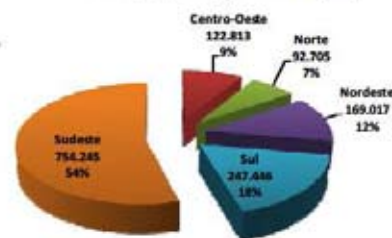


## Lubrificantes – Vendas Óleo Acabado

Comercialização de Óleo Lubrificante Acabado



Participação Regional 2011 (m³)



# E

## ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE DESEMPENHO DEVE OCORRER AINDA EM 2012

### Questão deve constar da revisão da Resolução 10/07 prevista para o final do ano

■ Nos últimos meses alguns associados entraram em contato com o Simepetro solicitando informações sobre níveis de desempenho dos óleos lubrificantes. A principal dúvida é sobre a previsão para uma elevação desses níveis ainda em 2012.

No âmbito do grupo de trabalho coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente para a elaboração do Inventário Nacional de Emissões para os veículos pesados, leves e motocicletas, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em conjunto com os demais órgãos participantes deste grupo, dentre eles, CETESB, ANFAVEA, Petrobras, IEMA e ANTT, está trabalhando no levantamento da composição detalhada da frota de veículos rodoviários automotores. Esse estudo, que se encontra em fase avançada, será utilizado para orientar as decisões da Agência.

No entanto, explica a coordenadora do CPT, em Brasília, Maria da Conceição França, outros fatores serão levados em conta, como as exigências ambientais e tecnológicas, bem como quaisquer outras informações julgadas pertinentes. Na prática, a elevação dos níveis, explica a Agência, tem por objetivo oferecer ao consumidor brasileiro um produto de melhor qualidade, com tecnologia atualizada e em consonância com a tendência mundial para os óleos lubrificantes automotivos.

Os próximos níveis a serem adotados no país, em princípio, serão o SJ para veículos do ciclo Otto e o CG-4 para movidos a diesel. A questão da elevação está em discussão no âmbito da revisão da Resolução ANP 10/07, que tem previsão para publicação até o final de 2012.

A ANP garante que os reflexos das mudanças estão sendo avaliados e a decisão a ser tomada deve trazer benefícios ao mercado e aos consumidores. Quanto à preocupação dos produtores, Conceição explica que o tema está sendo avaliado com cuidado, levando em consideração todos os aspectos relevantes, principalmente a necessidade da implantação da alteração e os impactos no segmento do mercado.



# A ANP FECHA O CERTO CONTRA IMPORTADORES

## Próximo passo será acelerar a fiscalização aos produtores

■ **O presidente** Carlos Ristum esteve em visita a sede da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), onde se reuniu com o superintendente-adjunto do Abastecimento, Rubens Freitas e o especialista em regulação, Eduardo Carmo, para conversar a respeito da resolução nº 18.

Na avaliação de Rubens Freitas, menos da metade dos produtores deve permanecer no mercado. Ocorre, no entanto, que a Agência trabalha com números bem superiores aos estimados pelo Sindicato. Na conta da superintendência, o mercado possui cerca de 150 produtores. “Tenho números bem mais otimistas, pois trabalho com um universo de 70 empresas em atividade. Desse total, acredito que 50 ou 60 permaneçam”, comenta Ristum.

A ANP reconhece que muitas empresas não estão atuando, mas eles são obrigados a instaurar processos para confirmar a atividade. “Facilitaria muito nossa vida se quem não vai continuar no mercado nos informasse disto”, apela Freitas.

Ele acredita que até setembro, seja possível ter uma posição sobre os processos. “Até lá saberemos quantos estão habilitados, em fase de defesa e etc. Hoje muita gente está amarrada à Manguinhos, que ainda não se recadastrou”.

Inicialmente a Superintendência está focada nas empresas importadoras. “Quem já está com processo administrativo são os importadores, produtor ainda não tem ninguém. Finalizados os processos dos importadores começaremos com os produtores”, explica Carmo.

Para iniciar o trabalho foram procurados em primeiro lugar, aqueles que não informam movimentação, “dessa forma conseguimos dar um último fôlego para

aqueles aos quais faltam um ou dois documentos. O trator está vindo em cima de todo mundo que está sem comercialização. Olhamos no Simp e não tem nada, então, em tese, não está comercializando ou não está informando. Vamos para cima desses e daqueles que nem tentaram se recadastrar”, diz Eduardo Carmo.

Freitas lembra que não é possível revogar sumariamente as empresas, existe todo um procedimento que precisa ser respeitado, por isso ele acredita que apenas em setembro terá um panorama mais claro.

Outro aspecto levantado pelos representantes da ANP é a venda de óleo básico para produtor irregular. Segundo eles, muitos produtores regularizados compram o básico e revendem para os irregulares. Com o Simp será possível saber como funciona a cadeia, lembram. Atualmente existem mais de 50 empresas importando e vendendo básico no mercado.

### Fiscalização

Após a reunião com a superintendência de Abastecimento o presidente do Simepetro se reuniu com a



Fiscalização. Embora não seja uma questão de responsabilidade daquela superintendência, Carlos Ristum iniciou a reunião levantando a questão dos números da Qualidade.

Para o presidente, esses números poderiam ser menores, se houvesse uma mudança na maneira de classificar as não-conformidades. Por exemplo, atualmente se existe qualquer diferença na formulação do produto é registrada como não-conformidade. Mas em muitos casos essa diferença não representa prejuízo ao produto ou ao consumidor.

Com o aumento da importação do básico, o mercado recebe produtos variados, que nem sempre apresentam as mesmas características do básico vendido pela Petrobras. “Cada poço tem uma característica de petróleo. Hoje cada empresa tem uma formulação registrada na ANP. Passados três meses ela recebe um óleo básico diferente, e é obrigada a trocar um pacote de aditivos, na maioria das vezes para melhorar o produto, então, ele atende à especificação API, mas é um pouco diferente daquilo que está na fórmula. Isso não é ausência de qualidade, mas está no item Qualidade”, ponderou Ristum.

Na opinião do presidente esse tipo de alteração deve ser registrada mas, não como não-conformidade da qualidade. “Sei que não é responsabilidade da Fiscalização, mas será que as superintendências não poderiam conversar e procurar entender isso?”.

Segundo o superintendente Carlos Orlando, a ANP criou um Grupo de Trabalho que vem conversando e procurando atacar os problemas das não-conformidades. A chefe do escritório da ANP no Rio de Janeiro Helenice Dias, explicou que um dos trabalhos do Grupo é promover ajustes na interpretação dos resultados. Temos dois enquadramentos na lei: produto fora de especificação e vício de qualidade. Então teremos uma norma técnica para que o produtor seja enquadrado como fora da especificação e divergente do registro. “Ele será autuado, mas não por vício de qualidade”.



### Autuações

Na opinião do superintendente Carlos Orlando é preciso melhorar alguns aspectos para que o trabalho da Fiscalização ganhe agilidade. Ele destaca um gargalo no laboratório da ANP, bem como um cadastro viciado, no qual não é possível saber quais empresas realmente estão no mercado e a necessidade de melhorar os critérios de amostragem.

“Percebemos que as empresas somem e outras surgem. Supomos que quando a Fiscalização cai em cima elas passam a operação para outras que estavam quietinhas no mercado”.

Além da dificuldade em localizar as empresas, a própria legislação limita o trabalho dos fiscais. “Só posso recolher o que foi faturado. A empresa produziu 10 mil litros, vou lá e só encontro 500 litros faturados. Só posso autuar esses 500 litros. Tenho certeza que ao sair de lá ele vai vender os 10 mil, mas não posso fazer nada”.

Uma sugestão da Fiscalização é implantar uma espécie de recall de lubrificantes, explica Helenice. “Precisamos conseguir uma legislação que determine que todo o produto fora de especificação seja devolvido ao fabricante. Quem estiver vendendo aquele produto terá que dar um jeito de devolver”.

# S SIMEPETRO ASSINA TERMO DE COMPROMISSO COM SMA-SP

## Termo atende exigências da Resolução SMA-38

Um evento no palácio dos Bandeirantes marcou a assinatura de Termos de Compromissos Setoriais de Resíduos Sólidos, entre entidades sindicais e o governo do Estado de São Paulo, no último dia 28 de fevereiro. Os Termos são resultado da resolução SMA 38, de 2 de agosto de 2011, que trata da necessidade de implantação da responsabilidade pós-consumo, e a discussão de como isso será feito.

Desde a publicação da Resolução o Simepetro vem participando das reuniões na Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, buscando a melhor alter-

nativa para seus associados. Com a assinatura do Termo, os representantes paulistas dos setores produtivos responsáveis pelos resíduos pós-consumo de embalagens plásticas de óleos lubrificantes, passam a adotar o Programa Jogue Limpo.

Vale ressaltar, que o Simepetro, que foi representado no evento pelo assessor Executivo, Ruy Ricci, como signatário do Programa, oferece valores especiais para seus associados que aderirem ao Jogue Limpo, tanto no estado de São Paulo, quanto no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Na solenidade foram assinados ainda Termos de Compromisso com os segmentos de embalagens de





produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, de materiais de limpeza e afins, de embalagens de agrotóxicos e de pilhas e baterias portáteis.

Para o secretário do Meio Ambiente, Bruno Covas, “a assinatura deste Termo mostra o comprometimento do setor produtivo paulista com a responsabilidade pós-consumo estabelecida em lei. Estes são os primeiros termos e outros serão negociados e assinados nos próximos meses”.

Os termos estabelecem como irão funcionar os sistemas de logística reversa dos resíduos pós-consumo em cada um desses setores, que terão início imediato após essa assinatura. Os modelos escolhidos terão acompanhamento periódico da CETESB e poderão ser revistos e modificados se e quando houver necessidade.

O governador Geraldo Alckmin, presente ao evento, destacou a importância da assinatura e o empenho dos representantes dos segmentos envolvidos, na busca de mecanismos para a redução dos impactos ambientais. “A Secretaria assinou protocolo com as entidades mais representativas de São Paulo, para que tivéssemos um trabalho de logística reversa, ou seja, a conscientização dos consumidores para eles separarem esses produtos, locais para que esses produtos sejam entregues, a logística de retirada desses produtos e seu destino final até a reciclagem”.

Alckmin ressaltou ainda o empenho das categorias envolvidas, uma vez que, no caso das embalagens de óleos lubrificantes, a coleta não é rentável. “O custo está sendo rateado entre as empresas, é a responsabilidade de quem produz”. Ele afirmou que o governo estuda estímulos de natureza fiscal para o trabalho de logística reversa.

O secretário Bruno Covas disse que ainda é cedo para falar como será esse incentivo. “Temos um grupo da secretaria do Meio Ambiente com a Secretaria da Fazenda estudando isso. Uma empresa que utiliza material reciclado, está usando material sem crédito de ICMS. Quando ela compra de uma empresa que vende embalagem, esse produto vem com crédito de ICMS. Então você tem uma distinção fiscal que precisa ser equali-

zada para que a gente possa, através de instrumentos fiscais incentivar a reciclagem”.

Na opinião do governador São Paulo saiu na frente com a Política Estadual de Resíduos Sólidos e agora com a logística reversa, e o fez pelo diálogo com as entidades, mostrando a responsabilidade de quem produz, de quem importa e de quem comercializa e de outra lado uma importante conscientização de quem compra e de quem é usuário.

Participaram da assinatura do Termo de embalagens de óleos lubrificantes as seguintes entidades: Sindicato Interestadual das Indústrias Misturadoras, Envasilhadoras de Produtos Derivados de Petróleo (Simepetro); Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom); Sindicato Interestadual do Comércio de Lubrificantes (Sindilub); Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Sincopetro); Sindicato Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, Lava-rápidos e Estacionamentos de Santos e região (Resan); Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Campinas e Região (Recap), Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do ABCDMRR (Regran); Sindicato Nacional do Comércio Transportador, Revendedor, Retalhista de Óleo Diesel, Óleo Combustível e Querosene (SindTRR).

Ainda durante o evento foram assinados um convênio com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), que prevê uma série de atividades em conjunto, com foco na melhoria da gestão dos resíduos da construção e demolição; um Protocolo de Intenção entre a SMA, Sinduscon-SP e Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), para discutir a construção de um sistema declaratório de resíduos sólidos para o Estado de São Paulo; e foi feito o anúncio da assinatura ocorrida em dezembro de 2011, de um contrato entre o governo do Estado e a Caixa Econômica Federal para repasse de recursos para a elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), no valor de R\$ 1,750 milhão.

# S SIMEPETRO PREPARA 5º CONGRESSO

■ A diretoria do Simepetro deu o pontapé inicial nos preparativos para o 5º Congresso Nacional. O evento será realizado na cidade de São Paulo, no Millennium Centro de Convenções, nos dias 20 e 21 de setembro. A proposta do Sindicato é ampliar a programação de palestras, dando mais tempo para a discussão dos temas e para a confraternização entre os presentes.

A expectativa da diretoria é manter o elevado nível de participação do evento, principalmente nesse momento de decisão do futuro da categoria. “A própria Superintendência de Abastecimento reconhece que só terá um perfil definitivo do mercado, a partir de setembro”, comenta o presidente Carlos Ristum.

Como nos anos anteriores, o Congresso contará com um espaço para exposição de produtos e serviços, o que já se tornou um dos pontos altos do evento. “O grau de satisfação dos expositores demonstra que o evento está ganhando maturidade. A cada ano registramos um número maior de participações e de empresas interessadas”, destaca o diretor da AZM Comunicações, Mauro Mello, empresa responsável pela organização do evento.

A grade da programação, ainda em fase de fechamento, deverá abranger os principais temas do mercado. “Essa é uma oportunidade para mostrarmos novidades tecnológicas, de abirmos espaço para aproximar o produtor das autoridades que atuam junto ao setor, bem como de oferecer novidades que possam incrementar o negócio do lubrificante”, diz Ristum.

As empresas interessadas em patrocinar o 5º Congresso poderão entrar em contato com a organização do evento pelo telefone (11) 3672-8172 ou pelo e-mail: [azmcom@terra.com.br](mailto:azmcom@terra.com.br), com Mauro Mello ou Ana Azevedo.



# M

## MAGDA CHAMBRIARD ASSUME DIRETORIA GERAL DA ANP

■ **A engenheira civil** Magda Maria de Regina Chambriard, de 54 anos, foi empossada como diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, em solenidade no Rio de Janeiro, com a presença da presidente Dilma Rousseff. Magda substitui Haroldo Lima, cujo mandato se encerrou em 11 de dezembro de 2011. Desde então, o cargo vinha sendo ocupado interinamente pelo Diretor Florival Rodrigues de Carvalho.

Carioca, a diretora-geral é pós-graduada em Engenharia Química pela COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989), em Engenharia de Reservatórios e Avaliação de Formações (1980) e Engenharia de Reservatórios e Produção (1983), ambas pela Universidade Corporativa da Petrobras.

Desde novembro de 2008, Magda é uma das quatro diretoras da Agência, cargo cuja indicação foi submetida à aprovação do Senado Federal. Naquele ano, Magda assessorou, pela ANP, a comissão interministerial criada pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva para estudar as regras de exploração e produção das reservas de petróleo e gás na área do pré-sal. Como diretora da Agência também coordenou os estudos que resultaram na certificação dos ativos para a capitalização da Petrobras.

Funcionária de carreira, aposentada, da Petrobras, ingressou na ANP em 2002, como assessora de Diretoria, com atuação principalmente nas áreas de Exploração e

Produção. A partir de 2005 assumiu a Superintendência de Exploração (SEP) da ANP, na qual foi responsável pela regulação e fiscalização das atividades exploratórias realizadas em todo o território nacional.

A partir de 2006, passou a dirigir simultaneamente a SEP e a Superintendência de Definição de Blocos (SDB) da ANP. Na SDB, foi responsável por estudos geológicos

e geofísicos que ampliaram o conhecimento sobre os recursos petrolíferos nacionais e subsidiaram o MME/CNE na escolha das áreas exploratórias a serem licitadas. Participou da elaboração dos planos plurianuais para aquisição de novos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras. Os planos adicionam 5 milhões de km<sup>2</sup> de bacias sedimentares ao cenário petrolífero brasileiro e encontram-se em andamento desde 2007.

Com 32 anos de experiência na área de petróleo, Magda Chambriard ingressou na Petrobras

em 1980, como engenheira estagiária. Naquele período, atuou na Área de Engenharia de Reservatórios (implantação de projetos e supervisão) e na Área de Produção. Também participou de grupos de avaliação de performance de projetos nacionais de E&P. Ainda na Petrobras, integrou a Área de Novos Negócios de Exploração e Produção, na negociação de campos de petróleo maduros, campos em desenvolvimento e áreas exploratórias.

A engenheira civil Magda Maria de Regina Chambriard, de 54 anos, foi empossada como diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, em solenidade no Rio de Janeiro, com a presença da presidente Dilma Rousseff. Magda substitui Haroldo Lima, cujo mandato se encerrou em 11 de dezembro de 2011.

# V VAI DEIXAR SAUDADES

■ **Uma trajetória vitoriosa** com muitos motivos de orgulho e alguns poucos de frustração. Assim pode ser definida rapidamente a passagem de Maria Antonieta Andrade de Souza pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Contratada em 1999, para a área de refino, Antonieta deixou a Agência no início desse ano e agora distribui seu tempo entre dar aulas em uma Faculdade no Rio de Janeiro, e o estudo de algumas propostas. “Não sabia como é bom não fazer nada, ter tempo para cuidar de mim e desfrutar da minha casa e da minha família”, brinca.

Confira alguns trechos da entrevista feita com ela dias antes do Carnaval, no Rio de Janeiro.

**Lubrificação** – *Como foi sua chegada à ANP?*

**Antonieta** – Fiquei pouco tempo no refino e fui convidada pelo Adriano Reis para o Abastecimento, ele era o superintendente. Lá criei o setor de preços que não exis-

tia, nos moldes do da Petrobras, que permitia acompanhar praticamente em tempo real os preços no mercado nacional e internacional. Essa é uma das coisas das quais me orgulho. O acompanhamento desses preços ajudou muito quando houve a liberação de preços a partir de 2002 para detectar práticas anticompetitivas, pois tornou possível acompanhar tudo o que estava acontecendo no mercado de combustíveis em todo o país.

**Lubrificação** – *Como foi sua ida para a Qualidade?*

**Antonieta** – Fui convidada para a Qualidade pelo embaixador Sebastião do Rego Barros, então Diretor Geral da ANP. E lá passei quase seis anos. Tenho profundo orgulho do Programa de Monitoramento de Qualidade. Não sou a criadora, ele já existia, mas limitado em uma zona específica. Nós conseguimos levar o monitoramento ao Brasil inteiro, já com o Dr. Haroldo Lima no comando. Hoje quase todos os municípios são atendidos



pelos convênios com as Universidades e os Centros de Pesquisa, o da ANP em Brasília é considerado uma referência até na análise do petróleo.

**Lubrificação** – *Qual sua avaliação do trabalho realizado?*

**Antonieta** – Quando cheguei à Qualidade existiam mais de 15 mil processos de Registros de Produtos parados. Conseguimos limpar esse passivo, eu e a minha equipe, a quem muito devo. Tive ainda outras duas conquistas das quais me orgulho muito, uma delas foi a regulação do programa do biodiesel, que embora ainda tenha alguns problemas é importante para o país, fizemos em 3 anos o que a Alemanha, principal produtor de biodiesel no mundo, levou 15 anos para fazer. Com relação a ele tenho uma frustração. Na época a então ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff e a Maria das Graças Foster, que era Secretária de Petróleo e Gás, pediram para que estabelecessemos mecanismos de controle da qualidade do biodiesel, dada a multiplicidade das matérias primas passíveis de serem utilizadas e a rapidez pretendida para a implantação.

**Lubrificação** – *O que impediu que isso acontecesse?*

**Antonieta.** – Colocamos um marcador que permitia fazer o acompanhamento do percentual de biodiesel no óleo diesel, assim como possibilitava rastrear o produtor. Cada produtor tinha um marcador próprio, no entanto esse programa foi retirado, poucos dias antes de se iniciar a comercialização obrigatória do produto e até hoje você não tem certeza do percentual de biodiesel adicionado ao diesel e muito menos tem como rastrear o produtor.

**Lubrificação** – *Essa teria sido a maior frustração?*

**Antonieta** – Tive outras, como não ter conseguido colocar o GLP (gás liquefeito de petróleo) como



integrante da cesta básica, reduzindo em R\$ 10,00 o custo desse produto para o consumidor. O presidente Lula chegou a divulgar o programa que acabou não indo adiante, pois havia a necessidade de uma redução de impostos que não foi aprovada pela Fazenda.

**Lubrificação** – *E os motivos de orgulho?*

**Antonieta** – Além dos que já destaquei a colocação do etanol anidro, que é colocado na gasolina A para dar origem à gasolina C. Esse etanol estava sendo desviado para ser usado como combustível e nele sendo colocado qualquer tipo de água. Isso foi feito em 2006 e não tínhamos então nenhum poder regulatório sobre a produção do etanol na época, mesmo assim conseguimos convocar o setor e colocamos o etanol anidro, reduzindo substancialmente a chamada “fraude do álcool molhado” e coibindo importante evasão fiscal.

# AS TENDÊNCIAS DOS ÓLEOS LUBRIFICANTES

■ Na indústria de óleos lubrificantes sem dúvida o segmento com maior nível de evolução é o dos produtos automotivos. E o principal motivador é a combinação da evolução contínua dos automóveis com a obrigação da redução do impacto da sua existência ao meio ambiente (ser mais eficiente no consumo de energia e gerar cada vez menos resíduos). Neste contexto, é possível destacar duas características de evolução dos óleos lubrificantes mais marcantes nos últimos tempos: contribuição na eficiência energética do veículo (economia de combustível), e maior resistência geral às condições de trabalho considerando o aumento da densidade de potência dos equipamentos, permitindo assim manutenção de períodos longos de intervalo de troca.

Para falar sobre essa evolução e a tendência do mercado nos próximos anos, o **Lubrificação** foi ouvir o gerente de contas da Afton Chemical Indústria de Aditivos, Rodolfo B. Ferreira.

**Lubrificação** - A diversidade de combustíveis utilizados (etanol de cana, de milho, biodiesel) chega a ser uma preocupação para a indústria de lubrificantes?

**Ferreira** - Não necessariamente devemos encarar como uma preocupação, mas sim como um desafio. Entender o impacto de cada combustível sobre a lubrificação faz parte do trabalho de aperfeiçoamento dos óleos lubrificantes. Temos visto com as novas especificações que o trabalho conjunto de OEM, fabricantes de aditivos e refinadores tem trazido as soluções necessárias para corrigir os problemas mais eminentes da evolução dos combustíveis. E estas soluções têm munido a indústria de lubrificantes com respostas reais aos seus consumidores. Vejamos o

caso do API SN/ILSAC GF-5, que tem como parte do programa de testes ensaio específico para medir o efeito da contaminação por etanol no sistema de lubrificação; e o caso da evolução das especificações de óleos para motores ciclo diesel (API CI-4/CI-4 Plus/CJ-4, ACEA E5/E7), considerando a redução de enxofre no combustível e a necessidade de reduzir o teor de cinzas.

**Lubrificação** - Qual a tendência dos óleos lubrificantes para os próximos 5 anos?

**Ferreira** - As tendências de melhoria na eficiência energética e na redução do impacto no meio ambiente (intervalos de trocas mais longos, menor contribuição nos resíduos de queima ,etc), estas sem dúvida continuarão entre os principais esforços da evolução tecnológica dos lubrificantes. Destaco o caso do Brasil no segmento de lubrificantes para motores a diesel, pois com a redução do teor de enxofre no combustível ao longo dos próximos anos teremos novas tecnologias de motores no mercado, e isso trará uma evolução rápida e significativa nas tecnologias de lubrificantes a serem disponibilizadas aos consumidores.

**Lubrificação** - Muito se fala sobre a necessidade de elevar os níveis de especificação dos óleos comercializados no Brasil? Você acha possível que óleos de níveis diferentes convivam pacificamente?

**Ferreira** - Em mercados como Estados Unidos e Europa a tendência é do nível mais elevado de desempenho prevalecer no mercado. Há também um esforço da indústria em racionalizar o número de produtos

na praça e naturalmente evitar que tecnologias muito obsoletas permaneçam. No Brasil a indústria de maneira geral ainda tem predominante o conceito de criar novos produtos e deixar os obsoletos, mantendo assim um portfólio com grande diferença tecnológica entre eles. O mercado tem funcionado desta forma, mas acredito que isso não traz necessariamente benefício ao consumidor ou às empresas. Concentrar a oferta em poucos produtos melhora a eficiência produtiva da indústria (reduz complexidade), e isso sim poderia ser traduzido como benefício real ao produtor de lubrificante. Além disso, as tecnologias mais modernas de lubrificantes podem ser utilizadas pelos veículos mais antigos e trazer ganho nos aspectos de manutenção e eficiência. E isto, para o consumidor e para a sociedade, acredito, seja um benefício maior do que a diferença de preço paga entre um produto extremamente obsoleto e um com tecnologia atual.

**Lubrificação** - O mercado brasileiro já exige óleos com maior desenvolvimento tecnológico ou isso ainda não é uma cultura?

**Ferreira** - Sem dúvida exige. Hoje temos veículos com a mesma tecnologia ofertada em outros continentes. A defasagem tecnológica é progressivamente menor e o Brasil está cada vez mais alinhado com os principais mercados globais.

**Lubrificação** - Você acredita que o número de produtores sofrerá uma baixa significativa em função da Resolução 18? Isso poderia afetar o mercado de oferta de óleos lubrificantes?

**Ferreira** - Tudo indica que a Resolução 18 trará uma mudança significativa ao mercado. Provavelmente seja no sentido da redução do número de produtores. Apesar do processo de fabricação do óleo lubrificante ser essencialmente mistura, a complexi-

dade exigida para garantir a qualidade do produto e o seu acompanhamento é muito grande. Para tanto, um fabricante precisa ter um processo que garanta a redução de falhas na produção (erros de mistura), um controle de qualidade bem sofisticado, além de profundo conhecimento sobre o produto. Não necessariamente a resolução afetará a oferta de lubrificantes, mas apenas uma realocação dos volumes em um número menor de unidades fabris.

**Lubrificação** - Qual sua expectativa de demanda de aditivos para 2012? Quais fatores podem pesar mais nessa demanda?

**Ferreira** - Nossa expectativa é da demanda continuar crescente. O mercado de lubrificantes como um todo continua crescendo. Há também a tendência de substituição natural de tecnologias mais antigas, com menor aditivação, por tecnologias de maior tratamento de aditivos.





# PETRODIDÁTICA

TUDO PARA EQUIPAR SEU LABORATÓRIO

A EFICIÊNCIA DA TECNOLOGIA  
EM ÓLEOS LUBRIFICANTES

Projetos empreendedores personalizados  
segundo as normas.

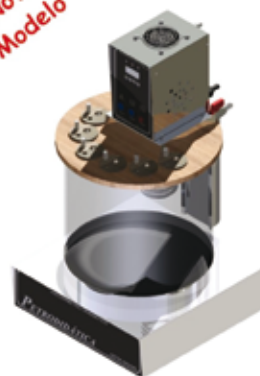
## FOUR BALL

- Aparelho utilizado para determinação de propriedades de resistência de óleos lubrificantes e graxas;
- Determinação através do método das quatro esferas;
- Conforme normas ASTM D-4172, D-2266, D-2596 e D-2783.

## Viscosímetro Cinemático

- Banho viscosímetro cinemático para determinação de viscosidades em cst.
- Cuba de vidro borossilicato;
- Controlador microprocessado com sensor Pt100;
- Conforme norma ASTM D-445.

Novo  
Modelo



Equipamentos para  
laboratórios de:

- Asfalto;
- Graxa;
- Tinta;
- Betume;
- Borrachas;
- Lubrificantes;
- Biolubrificantes.

[WWW.PETRODIDATICA.COM.BR](http://WWW.PETRODIDATICA.COM.BR)

Fone (11) 3988-5070



Determinador de Prevenção  
a Ferrugem ASTM D-665



Banho de demulsibilidade  
NBR 14172



Banho de espuma  
ASTM D-892



Ponto de fluidez  
NBR-11349